

RELATÓRIO SEMANAL

ABRACEEL

Semana 1 | 29 de julho a 02 de agosto de 2019.

PREÇO HORÁRIO FICA PARA 2021

No dia 1º de agosto, foram publicadas as Portarias nº 300 e 301 do Ministério de Minas e Energia, que aprovam aprimoramentos nos modelos computacionais utilizados na operação, planejamento e formação de preços, bem como estabelecem o cronograma para a entrada em operação do DESSEM, com a postergação da entrada do preço horário para 2021, alegadamente para promover maior previsibilidade, reprodutibilidade e segurança aos agentes.

O modelo DESSEM passará a ser utilizado na programação da operação feita pelo ONS já a partir do ano que vem. No entanto, o modelo somente passará a ser utilizado pela CCEE para fins de cálculo do PLD horário a partir de 2021. Até lá, a Câmara divulgará o preço e a contabilização sombra em caráter informativo aos agentes.

Até 31 de dezembro de 2019 o ONS deverá disponibilizar diariamente aos agentes o CMO, bem como as diretrizes de despacho das usinas e demais dados operativos, com granularidade semi-horária, resultantes da operação sombra, utilizados para a programação da operação.

Com relação ao modelo de previsão de carga do DESSEM, continuará sendo utilizado o método "heurístico", mas com a divulgação diária e simultânea do resultado do modelo PrevCargaDESSEM, explicitando-se as diferenças entre as duas previsões. Paralelamente, será dada continuidade ao desenvolvimento

do modelo PrevCargaDESSEM, até que esse tenha performance equivalente às previsões do método heurístico, e assim possa substituí-lo.

Para 2020, também foram aprovados os seguintes aprimoramentos nos modelos NEWAVE e DECOMP:

i) Representação do Volume Mínimo Operativo (VminOp):

- 10% EARMáx nos REEs Sudeste, Paraná e Paranapanema;
- 30% EARMáx nos REEs Sul e Iguaçu;
- 30% EARMáx nas UHEs Três Marias e Itaipu;
- 20% na UHE Sobradinho;
- 23,72% EARMáx na UHE Tucuruí;
- Consideração do mesmo nível mínimo operativo em todos os meses do ano, com penalização em novembro e sem consideração de racionamento preventivo na simulação final;
- Penalidade = $[(1 + \text{taxa de desconto anual})^{(11/12)}] \times \text{MAXCVU}$, onde MAXCVU é o maior custo variável unitário considerando todo o horizonte de planejamento do NEWAVE;

ii) Uso do centroide como representante do agrupamento da agregação dos ruídos

iii) Correlação espacial de ENAs entre REEs em base mensal, em substituição à anual;

iv) Reparametrização do CVaR para 50 e 35;

Para esses aprimoramentos, também será realizada operação sombra até o final desse ano.

Conforme decisão da plenária da Cpamp, o preço horário será calculado sem rede e com base na média simples dos CMOs semi-horários, com recálculo dos valores publicados desde 2019 com base na versão estável do modelo, em linha com a contribuição da Abraceel. A remoção da modelagem de rede no cálculo do PLD era, inclusive, uma das metas do Planejamento Estratégico da Abraceel.

Também vale destacar que, na “Análise das Contribuições à Consulta Pública MME nº 71/2019”, o Ministério de Minas e Energia apresentou uma tabela com as atividades prioritárias para a implantação do preço horário, muitas em linha com as contribuições da Abraceel:

Atividades prioritárias

1. Necessidade de estabilização da versão do DESSEM;
2. Reexecução de todos os casos de 2019 com a última versão, assegurando pelo menos um ano de sombra estável;
3. Divulgação do método empírico de previsão de carga ou o modelo PrevCargaDESSEM sem “heurística”;
4. Período “sombra” com divulgação diária do PLD (d-1) - treino do processo diário;

5. Disponibilização ampla e ágil dos dados (ex. SGI e FSARH) e resultados

6. “Sombra” considerando demais aperfeiçoamentos CPAMP avaliados no ciclo 2018/2019 (VMinOp, Reamostragem etc.);

7. Instauração de processo de Audiência Pública para adequação dos Procedimentos de Rede à programação diária da operação com o modelo DESSEM.

Atividades regulatórias

1. Definição sobre a hipótese de representação da reserva de potência operativa associada ao intercâmbio do Nordeste no processo de cálculo do PLD horário;
2. Definição do tratamento regulatório sobre a remuneração dos custos adicionais ao CVU para partida e parada das UTEs e definição das rampas entre GTmin e GTmax;
3. Titulação da rampa de GT (inflexibilidade vs restrição operativa).

Por fim, o MME divulgou um plano de ação para execução dessas atividades regulatórias, que pode ser consultado na página a seguir.

Na área restrita do associado é possível consultar mais detalhes das decisões, que incluem as Portarias do MME, atas da Cpamp, análise das contribuições e um FAQ sobre o preço horário elaborado pelo MME.

ABRACEEL REFORÇA PEDIDO DE ACESSO AO SGI

Desde a última sexta-feira, **26.07**, quando o ONS informou no PMO sobre a intervenção na linha N-SE que descolou os preços entre os submercados, a Abraceel intensificou suas tratativas junto ao Operador no sentido de reforçar a importância de maior isonomia e simetria na divulgação de informações que impactam os preços do mercado livre.

Nos últimos dias, a Associação esteve em contato com diretores e equipe técnica do ONS buscando uma melhor compreensão sobre o ocorrido e reforçando a necessidade de acesso de todos os agentes ao Sistema de Gestão de Intervenções (SGI).

A Abraceel tem destacado que, independentemente da informação sobre a intervenção ter sido publicada originalmente em 19.07 por meio da Nota Técnica 0069-207-2019 (PMO – Semana Operativa 20-07-2019 a 26-07-2019), esta estava incompleta e já era de conhecimento dos acessantes do SGI, prejudicando a competição entre agentes e o bom funcionamento do mercado livre.

A Associação tem reforçado que a aprovação de uma intervenção por parte do ONS, mesmo que em um equipamento específico de determinado agente, deve ser informada de maneira ampla, simultânea e irrestrita para todos os agentes de mercado, dado seus possíveis impactos sobre a comercialização.

Em suas interações com o Operador, a Abraceel reconhece que houve significativa evolução na divulgação de informações nos últimos anos, com o Operador demonstrando postura receptiva e proativa frente aos pleitos do mercado. Isso pode ser ilustrado, por exemplo, pela confirmação na semana passada de que o Operador passaria a divulgar a todos os agentes o FSARH, outro importante acesso pleiteado pela Abraceel.

No entanto, a Associação tem destacado que ainda há um caminho a ser perseguido, que passa por uma melhor compreensão por parte do ONS sobre o funcionamento do mercado e por uma alteração na lógica de divulgação das informações, que deve partir do amplo e irrestrito acesso de todos os documentos, com restrição justificada somente para aqueles que não podem ser divulgados em hipótese alguma.

O ONS tem se mostrado aberto em todas as recentes interações, reiterando que avaliará a solicitação da Abraceel de acesso ao SGI. Inclusive, tem demonstrado compreensão quando a Associação reitera que a medida é benéfica não apenas aos agentes de mercado, como também para o Operador, que deixa de ser cobrado por eventual falta de isonomia e simetria na divulgação de informações.

GT DE MODERNIZAÇÃO EM FASE DE CONCLUSÃO

Em reunião com o Secretário de Energia Elétrica, Ricardo Cyrino e os técnicos Rodrigo Fornari e Fabrício Lacerda do MME, ocorrida em 1º agosto, Reginaldo Medeiros, representando a Abraceel, apresentou a seguinte pauta de defesa de interesse da Associação:

Continuidade do cronograma da Portaria MME nº 541/18, por meio da edição de ato complementar visando a redução da reserva de mercado das fontes incentivadas. Pela proposta da Abraceel, encaminhada por meio da CT-00242019, datada de 3 de julho, o cronograma de redução de demanda para efeitos de acesso à energia convencional pelos atuais consumidores especiais seria:

- (i) 1.500 KW, a partir de 1º de julho de 2020;
- (ii) 1.000 KW, a partir de 1º de janeiro de 2021 e
- (iii) 500 KW, a partir de 1º de julho de 2021.

O Secretário informou que o assunto está sendo tratado no âmbito do GT Modernização – item 10 – subgrupo abertura de mercado. Disse que será necessário abrir uma audiência pública para a edição de nova Portaria, como no caso anterior, mas que o tema necessita da conclusão do diagnóstico e apresentação de propostas, atividades previstas na Portaria que criou o Grupo de Trabalho para modernização do setor. Reginaldo lembrou que o prazo de 110 dias estabelecidos, em 27 de maio, para apresentação dos documentos havia se

esgotado na semana passada. Ricardo Cyrino argumentou que o trabalho está em fase final de conclusão.

Cronograma de Abertura de Mercado (abaixo de 500 KW). A Abraceel apresentou tabela sintética do estudo que a Diretoria Técnica elaborou sobre as faixas de consumo na baixa tensão. O Secretário solicitou que a Abraceel enviasse o estudo e as informações referentes à segmentação da baixa tensão por faixa de consumo. Disse que tem usado as informações da Abraceel sobre o mercado e o número de consumidores da alta tensão por faixa de demanda nas análises do MME quanto à abertura de mercado.

A Abraceel reiterou seu posicionamento sobre a importância de uma definição governamental precisa sobre o cronograma de abertura de mercado elétrico brasileiro nos próximos anos. Reginaldo defendeu também a separação total das atividades de fio e energia nas distribuidoras, assim como a regulamentação do supridor de última instância, inclusive com a definição sobre o tratamento aos consumidores que hoje são abrangidos pela tarifa social de eletricidade.

Mercado de capacidade. Reginaldo expôs brevemente ao Secretário e equipe o estudo que a Thymos está concluindo para a Abraceel sobre a criação de um mercado de capacidade no Brasil. Ficou acordado que a Abraceel/Thymos farão uma apresentação detalhada do

estudo para toda a equipe do MME, incluindo a EPE, em breve. O MME confirmou a reunião para **13.08**.

Expansão da oferta para o mercado livre.

Reginaldo apresentou as conclusões e os grandes números do estudo que a Abraceel encaminhou ao Ministério sobre a expansão da oferta de geração para o mercado livre. São 18 GW de usinas em construção, das quais 24% (4,4 GW) correspondem a projetos voltados exclusivamente para o mercado livre.

Reiterou as conclusões do estudo, segundo as quais, no horizonte do planejamento o mercado livre já é responsável por parte expressiva da expansão da oferta de geração, inclusive com projetos exclusivos para o segmento. Na sequência mostrou os números que o BNDES vem divulgando sobre financiamento para o mercado livre, que já incorpora a ajuda do PLD de suporte de R\$ 90/MWh. De acordo com o banco são 2,7 GW, em 13 projetos financiados com o modelo do PLD de suporte. Projetos com até mesmo 100% da energia não contratada são financiados com base nessa modalidade.

O tema, segundo o secretário, também vem sendo debatido com grande interesse pelo Grupo de Modernização e certamente o estudo da Abraceel/Thymos deve contribuir para a solução da expansão da oferta de geração em um mercado totalmente aberto, tendo em vista que no MME ainda perduram algumas dúvidas sobre a implantação da separação lastro x energia nos termos que havia sido discutido no âmbito da Consulta Pública nº 33

Abraceel avalia abertura do mercado de Baixa Tensão

A Abraceel apresentou ao MME, em 01.08, um estudo sobre a abertura do mercado de baixa tensão. O levantamento foi realizado com base nos dados da Aneel e na análise do mercado das maiores distribuidoras por faixa de tensão e classe de consumo.

Atualmente o mercado de baixa tensão possui mais de 82 milhões de unidades consumidoras, com consumo de energia de 26 GW médios. O consumo residencial representa 61% desse total (16 GW-médios), distribuído em 71 milhões de unidades consumidoras (86% do total), enquanto o comercial representa 19% (5 GWmédios), com mais de 5 milhões de unidades consumidoras.

Considerando toda a baixa tensão, aproximadamente 42% do consumo está em unidades com carga acima de 500 kWh por mês, concentrado em 4,8 milhões de unidades consumidoras (6% do total). No segmento residencial, 16% do consumo está concentrado em apenas 3% dos consumidores, que possuem consumo superior a 500 kWh por mês. Já nos demais segmentos, 36% da carga está concentrada em consumidores acima de 5.000 kWh/mês, que também representam 3% das unidades consumidoras.

Em resumo, o estudo demonstra que a abertura do mercado de baixa tensão pode ser realizado de maneira gradual, com relativamente poucas unidades consumidoras sendo responsáveis por parcela significativa do consumo.

A tabela a seguir apresenta a estimativa da abertura do mercado de baixa tensão por faixa de consumo:

MERCADO DE BAIXA TENSÃO					
Classe	Consumo Mensal	Consumo (MWh)	%	Un. Consumidoras	%
RESIDENCIAL	< 220 kWh	8.077	51%	56.792.922	80%
	221 a 500 kWh	5.267	33%	12.568.510	18%
	> 500 kWh	2.450	16%	1.891.848	3%
RESIDENCIAL		15.794	100%	71.253.280	100%
OUTROS	< 500 kWh	1.808	18%	8.628.815	74%
	500 a 1000 kWh	1.287	13%	1.406.137	12%
	1001 a 5000 kWh	3.504	34%	1.235.325	11%
	> 5000 kWh	3.665	36%	319.171	3%
OUTROS		10.264	100%	11.589.448	100%
TOTAL		26.058	100%	82.842.728	100%

ASSOCIADOS APROVAM CRIAÇÃO DO MERCADO DE CAPACIDADE

No dia **30.07**, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a proposta de criação do mercado de capacidade, com base em estudo elaborado pela consultoria Thymos. Aproximadamente 40 associados estavam presentes no auditório da Thymos, em São Paulo, incluindo os conselheiros Daniel Marrocos (Newcom), Luiz Macedo (WXE) e Paulo Tarso (Petrobras). A Abraceel foi representada por Alexandre Lopes, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú.

Abrindo a reunião, Alexandre Lopes ressaltou que o tema faz parte do Planejamento Estratégico da Abraceel e é importante para viabilizar a ampliação do mercado livre, razão pela qual a Associação contratou a consultoria Thymos para apresentar uma proposta prática, que pudesse ser construída junto ao governo e implementada já nos próximos leilões.

Em seguida, o sócio-diretor da Thymos, Alexandre Viana, apresentou a proposta e lembrou que a questão da expansão do mercado livre sempre remete à pergunta de como ocorrerá a expansão do sistema e a garantia do suprimento, tendo sido esse o dilema que motivou o estudo. Ressaltou que a proposta é pragmática, não exaustiva e parte do atual arcabouço legal e da experiência internacional. Em breve síntese, o estudo propõe que os próximos leilões passem a contratar capacidade de maneira centralizada e ampla, com possibilidade de participação de todas as tecnologias, em linha com o conceito de reserva de

capacidade criado pela Lei nº 10.848/2004. A energia dos empreendimentos poderia ser contratada no ACR ou ACL, de forma conjunta (termelétricas) ou segregada (todas as demais tecnologias). Com isso, ocorreria uma fusão dos Contratos de Energia de Reserva (CERs) com a Reserva de Capacidade, sendo a CCEE gestora de ambos e responsável por realizar leilões periódicos da energia relativa aos CERs legados e térmicas originadas da reserva de capacidade.

Durante a exposição, os associados apresentaram diversos questionamentos e sugestões. Um deles foi se o estudo faria a análise da ótica do balanço de potência, dado que a lógica de "Reserva de Capacidade" foi criada para suprir a necessidade de potência no sistema, sendo necessária uma definição do montante de capacidade deverá ser contratada no leilão. Foi lembrado que o assunto está em discussão na CPAMP, que propõe a revisão dos critérios de garantia de suprimento, de forma a incluir uma componente de potência, o que poderá servir de base para essa contratação. Além disso, a Thymos sugeriu a criação de um Comitê e a definição de regras claras, de maneira a poder responder às eventuais demandas das diversas fontes.

Também foi questionado se a proposta seria compatível com a lógica de preço por oferta, um dos temas em discussão no GT Modernização. Alexandre Viana ressaltou que o mercado de capacidade se aplica bem ao contexto do

preço por oferta, dado que é o modelo aplicado nos maiores mercados elétricos do mundo. Viana ressaltou, inclusive, que a experiência internacional aponta para a criação de mercados de capacidade, pois poucos países com preços por oferta não possuem mercados de capacidade.

Sobre o embasamento jurídico, foi destacado que a proposta foi enviada à consultoria jurídica da Abraceel para uma análise mais detalhada, mas ressaltado que o MME já utilizou o conceito de reserva de capacidade instituído pela Lei nº 10.848, para viabilizar a contratação da energia de reserva, sendo que a proposta em discussão é mais adequada ao conceito originalmente estabelecido na Lei.

Com relação aos números do estudo, a Thymos explicou que considerou um valor conservador da energia no longo prazo, no valor de R\$ 130/MWh, sendo essa a baliza para o cálculo do lastro das fontes. Além disso, o estudo considera que existe financiamento tanto para o lastro, quanto para a energia.

Questionado sobre a possibilidade de o lastro mais caro precisar ser contratado e não conseguir competir com o mais barato, foi ressaltado que uma das possibilidades é segregar a contratação, realizar a contratação de alguns serviços ancilares, e que também é possível evoluir com a discussão da valoração dos atributos das fontes.

Também foi destacado que a contratação de capacidade ocorre de forma centralizada, mas

o empreendedor pode tentar viabilizar o empreendimento sem essa contratação, diretamente no mercado livre, o que será mais fácil para aquelas fontes que possuem lastro mais barato.

Sobre a preocupação de um possível descasamento entre a contratação da capacidade e da energia, a Thymos ponderou que irá incorporar na proposta a possibilidade de desistência do empreendedor caso não haja a contratação da energia. Também foi destacado que a proposta é incremental, não atacando os contratos legados, que foram feitos com contratação conjunta do lastro e energia.

Ao final, ficou definido que os associados teriam até o dia 7 de agosto, próxima quarta-feira, para enviar críticas e sugestões sobre o estudo. A matéria será apreciada em reunião presencial do Conselho, dia 08 de agosto. Em seguida, a Thymos finalizará a proposta para que a Abraceel possa apresentá-la às autoridades. **Lembramos que a próxima reunião presencial do GT está agendada para o dia 27.08, 14h, véspera do Enase, no auditório da associada Petrobras no Rio de Janeiro, e que a proposta do Mercado de Capacidade está disponível na área restrita, seção documentos.**

GT DISCUTE NOVOS CRITÉRIOS DE GARANTIA DE SUPRIMENTO

Em **29.07**, o Grupo Técnico da Abraceel realizou reunião telefônica com o objetivo de discutir a proposta de revisão dos atuais critérios de garantia de suprimento, objeto da Consulta Pública da CPAMP.

Alexandre Lopes, diretor técnico da Abraceel, iniciou a reunião apresentando as atuais regras para os critérios de suprimento energético. Lembrou que, primeiramente o sistema possuía um critério de 5% de risco de déficit de energia, que foi modificado em 2008 pela Resolução nº 09 do CNPE, que passou a utilizar o critério econômico, que é a igualdade entre o Custo Marginal de Operação (CMO) e o Custo Marginal de Expansão (CME) limitado ao risco de déficit de energia de 5%.

Destaca-se que os critérios de garantia de suprimento não afetam diretamente a formação de preço, mas indiretamente sim, uma vez que são utilizados no planejamento da expansão do sistema e na definição da garantia física das usinas.

O objetivo da Consulta Pública é expor os conceitos dos novos critérios propostos e buscar subsídios com os agentes para elaboração de uma nova Portaria do CNPE que deverá ser publicada até o final desse ano.

O relatório realizado pelo GT Modernização divide a proposta para os novos critérios de garantia de suprimento em duas categorias:

critérios de segurança e critérios econômicos. A grande novidade, positiva, é que além dos critérios de suprimento de energia, está sendo proposto um critério de potência para o sistema, contribuindo com o pleito da separação lastro e energia. Essa conduta se deve à sinalização que o sistema elétrico brasileiro está deixando de ser puramente restrito à demanda de energia e passando também a considerar a necessidade de se ter reserva de capacidade.

Outra novidade, mas desta vez preocupante, é a implantação do CVaR do CMO como um critério econômico para a energia, com o objetivo de expandir o sistema, não só para atender a sua necessidade física, mas também para evitar períodos longos de CMO elevado, mesmo que isso leve a um custo de operação maior que o existente.

No geral, os associados elogiaram a iniciativa da discussão pública sobre novos critérios de garantia de suprimento, porém sentiram que a discussão está ainda em âmbito inicial, por possuir ausência de metodologia e dados para uma análise mais aprofundada, dificultando sugestões por parte dos agentes para possíveis mudanças.

Por outro lado, o GT demonstrou preocupação com a elevação do custo aos agentes e consumidores que o critério econômico pode trazer, com expansão do sistema para evitar o CMO elevado. Na visão da Abraceel, esse

movimento está desalinhado com o processo de modernização em curso, que busca melhor alocação de custos e riscos e um papel mais ativo do consumidor no setor.

O prazo de contribuição para a Consulta Pública vai até o dia 09.08 e a Abraceel circulará em breve minuta de contribuição com os associados. O relatório do Grupo Temático Critérios de Garantia de Suprimento está disponível na área restrita do site da Abraceel.

Contribuições enviadas 1º/2019

A relação de contribuições realizada pela Diretoria Técnica da Abraceel no primeiro semestre de 2019.

JANEIRO	Aneel CP 20	Alterações PdCs	Aneel AP 01	Geração Distribuída	ABRIL
	MME CP 64	Volume Mínimo Operativo	Aneel CP 04	REIDI	MAIO
FEVEREIRO	Aneel CP 21	Redução do prazo de liquidação	MME CP 71	Preço Horário	JUNHO
	Aneel AP 28/19 2ª fase	Medição e leitura	Aneel AP 22	Limites do PLD	
MARÇO	Aneel AP 59/19	Tarifa Binômia	MME Pesquisa	Desburocratização e Melhoria de Processos	

CONTRIBUIÇÕES RELACIONADAS AO MERCADO DE GÁS

Janeiro	ANP - TPC 06	Etapas 3 e 4 - Partes Relacionadas e Pacto de Harmonização
Março	ANP - TPC 06	Etapa 5 - Gás Release
Abril	ANP - CP 08/19	Contratação de capacidade de transporte de gás natural referente ao gasoduto Bolívia-Brasil.
	Arsesp - CP 03	Revisão Tarifária Comgás
Maio	AGENERSA E-22/007/300/2019	Revisão das Regras do Mercado Livre de Gás no Rio de Janeiro
Junho	Agrese - AP 01	Regras do Mercado Livre em Sergipe



Curtas

Planejamento Anual da Operação Energética - Ciclo 2019

ONS divulgou o Sumário Executivo do Planejamento da Operação Energética de 2019 – PEN 2019, onde é apresentada uma visão global das características atuais do SIN, bem como uma síntese dos principais resultados dos estudos de planejamento da operação energética no horizonte de 5 anos à frente. A elaboração do PEN 2019 foi precedida de reuniões plenárias com os agentes associados, MME, Aneel e CCEE, e está sendo divulgada em 3 volumes, sendo eles: o Sumário Executivo, já disponível no SINtegre, o Volume I – Condições de Atendimento e o Volume II – Relatório Complementar. Segundo o Operador, os Volumes I e II estarão disponíveis em breve no Portal de Relacionamento do ONS.

Ministério da Economia

No dia **01.08**, Alexandre Lopes, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú se reuniram com o Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia, Alexandre Manoel, e equipe, para apresentar o estudo de expansão da oferta para o mercado livre. Durante o encontro, a Abraceel informou estar discutindo internamente a proposta de criação de um mercado de capacidade, iniciativa elogiada pelo Secretário, tendo a Associação se comprometido a apresentá-la tão logo esteja concluída. Motivada pelo próprio Secretário, também foi discutida a questão dos contratos financeiros, tendo a Abraceel destacado os be-

nefícios da sua adoção. O Secretário disse ver com bons olhos esse movimento, que permite utilizar a estrutura já desenvolvida do setor financeiro para melhorar o funcionamento do setor elétrico, e questionou se não deveria ser estabelecida regulamentação para incentivar o uso desses contratos. A Abraceel destacou que as operações já estão ocorrendo, mesmo que ainda incipientes, e que não vislumbra nenhum entrave regulatório ou necessidade de nova regulamentação sobre o tema. Ao final, a Associação se colocou à disposição do Secretário para contribuir com as discussões.

Portaria aprova projeto de gás como prioritário

No dia **29.07**, foi publicada a Portaria MME nº 297, que aprova como prioritário o projeto de investimento da Comgás em serviços locais de gás canalizado denominado “Projeto de Expansão, Suporte e Investimentos à Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural na Área de Concessão da Comgás (2019- 2024)”. Esse é o primeiro projeto do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis aprovado como prioritário após a publicação da Portaria MME nº 252/2019, que regulamentou o processo para fins de emissão de debêntures incentivadas. A Portaria MME nº 252/2019 também permite que outros projetos do setor possam ser classificados como prioritários, entre elas escoamento da produção, tratamento e processamento, transporte, estocagem subterrânea de gás natural, liquefação de gás natural e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) e prestação dos serviços locais de gás canalizado.



Curtas

2ª Reunião Estratégica ONS – Agentes

No dia **06.08**, o ONS realizará a 2ª Reunião Estratégica com os agentes para discutir os seguintes itens: (a) pesquisa de satisfação, (b) orçamento trienal, (c) Meta Organização Digital, (d) a implantação do DESSEM, (e) Comitê Técnico PMO/PLD (REN 843), (f) destaques CPAMP, (g) Operação Centralizada da Liquidação da Transmissão, (h) atendimento eletroenergético do SIN & Leilões de Margem 2019 e (i) notícias e sugestões dos agentes. A reunião ocorrerá das 14:30h às 17:30h no auditório do Escritório Central do ONS, situado no Rio de Janeiro e será transmitida por videoconferência nos centros regionais do ONS (Brasília, Florianópolis e Recife) e na sede da CCEE em São Paulo. Reginaldo Medeiros e Alexandre Lopes participarão do encontro pela Abraceel.

Mercado livre de gás em Santa Catarina

A ARESC (Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina) publicou nesta semana a Resolução nº 136 com as regras para o mercado livre de gás em Santa Catarina. Poderá ser usuário livre o consumidor não residencial e não comercial que consumir o equivalente a 300.000 m³/mês (aprox. 10.000 m³/dia), mesmo limite aplicado em São Paulo e Rio de Janeiro. Os atuais usuários da SCGÁS com potencial para se tornarem usuários livres deverão se manifestar através de aviso prévio dois anos antes do vencimento do contrato e só poderão migrar para o mercado livre após o cumprimento do

contrato de suprimento firmado pela concessionária. Além disso, o volume de gás direcionado ao mercado livre não poderá exceder, nos três primeiros anos, 45% do volume total vendido, subtraídos os volumes vendidos aos segmentos residencial, comercial e termoelétrico. A Abraceel considera que tais regras são bastante restritivas e podem inibir o fomento da livre comercialização no Estado. Por fim, foi acatada a contribuição da Abraceel para que a TUSD exclua os custos relativos a serviços de comercialização para atendimento do mercado cativo. A íntegra da Resolução 136 da Aresc está disponível na área restrita do associado.

Mercado livre de gás na Bahia

A AGERBA (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia) está recebendo contribuições para o aprimoramento da resolução sobre o serviço de distribuição de gás na Bahia, que inclui proposta para a criação do mercado livre no estado. O prazo para contribuições por escrito vai até o dia **19.08** e será realizada Audiência Pública dia **30.08**, às 10h, no auditório da Agência. Os documentos relativos à audiência pública da AGERBA estão disponíveis na área restrita e a Abraceel elaborará minuta de contribuição para discussão com os associados.

Gasodutos de transporte

A ANP comunicou em seu site que a Petrobras declinou formalmente do período



Curtas

do de exclusividade remanescente nos gasodutos de transporte contratados da TAG e NTS. O direito de exclusividade aos carregadores iniciais é de dez anos e está previsto na Lei do Gás. A formalização do declínio do exercício do período de exclusividade remanescente é parte do Novo Mercado de Gás e visa atender ao disposto na cláusula 2.2.2 do TCC celebrado entre CADE e Petrobras.

Produção de gás nos próximos anos

A ANP também passou a divulgar em seu portal as previsões anuais sobre atividades de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural para os próximos cinco anos. As previsões contemplam produção de óleo e gás em terra e mar; perfuração de poços de desenvolvimento e produção em terra e mar; entrada de novas unidades estacionárias de produção (UEP) em mar e investimentos no setor. **Os dados podem ser acessados na página <http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/previsao-de-producao-e-atividades>**

Contratos Financeiros

Em **29.07**, a Diretoria Executiva da Abraceel realizou reunião telefônica com o presidente da BBCE, Carlos Ratto, para tratar de contratos financeiros. A Abraceel e a BBCE estão em tratativas para a realização de um workshop nas próximas semanas sobre o tema. A BBCE reiterou que aguar-

da a aprovação por parte da CVM para atuar como registradora dos contratos financeiros.

Atenção: Registro de contratos migrados pela Portaria nº 514/2018

A CCEE reforçou, por meio do Comunicado nº 484, que os agentes que tiveram o perfil alterado de consumidor especial para consumidor livre em decorrência da operacionalização da Portaria nº 514/2018 devem atentar para fazer o registro de contratos no novo perfil, por meio do CliqCCEE. Os agentes deverão registrar os contratos, como de praxe, e fazer as adequações necessárias até **08.08**. Os agentes que tiverem dúvidas sobre o procedimento podem acessar o treinamento online "Alteração no enquadramento dos Consumidores Livres", disponível no site da CCEE, no Portal de Aprendizado.

Workshop Serviços Ancilares

O NS, em parceria com a ANEEL, realizou o Workshop de Serviços Ancilares, nos dias **31.07** e **01.08**, com o objetivo de obter subsídios para a preparação da abertura de Consulta Pública, a ser realizada de acordo com a Agenda Regulatória da ANEEL para o biênio 2019/2020. Uma vez identificada a necessidade de revisitar a regulação destinada à prestação de serviços ancilares, os agentes setoriais apresentaram propostas durante o evento, relacionadas ao aprimoramento da regulação, das tecnologias que



Curtas

envolvem a prestação desse serviço e da operação, considerando as mudanças na matriz energética brasileira nos próximos anos. **As apresentações realizadas no evento estão disponíveis no site do ONS.**

Matrículas abertas para cursos da CCEE

Por meio do Comunicado nº 486, a CCEE informou que estão abertas as inscrições para os cursos destinados aos agentes, que serão ministrados nos meses de setembro e outubro de 2019. Os cursos são: visão geral das operações na CCEE, visão geral para agentes de geração, gestão de consumidores livres nas operações da CCEE, visão geral para agentes de distribuição, comercialização de energia incentivada/especial e módulo de contratos CCEAL. Os cursos serão ministrados em São Paulo, e as matrículas devem ser realizadas pelos agentes no Portal de Aprendizado.

Tradener completa 21 anos no Mercado Livre de Energia

Primeira comercializadora do país a ser autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Tradener comemora 21 anos de existência. Em seu início, a empresa foi a responsável pelo primeiro contrato de compra e venda no Mercado Livre de Energia Elétrica. Reconhecida por diversos rankings de maiores e melhores empresas do Brasil, a Tradener tem mantido

uma sólida posição tanto no Mercado Livre de Energia quanto na prestação de serviços de gestão de consumo e produção, para consumidores e para geradores de energia. “Estamos muito felizes em celebrar mais um ano de atuação no mercado. São 21 anos de crescimento, conquistas e também de luta por um mercado de energia totalmente livre para todos os consumidores. É gratificante ter o nosso trabalho reconhecido a cada ano por diversos parceiros”, declara Walfrido Avila, presidente da Tradener.

Fórum Nacional Eólico

Nos dias **14, 15 e 16.08**, em Natal - RN, acontece a 11ª edição do Fórum Nacional Eólico. Nesta edição, o evento destaca a discussão do cenário político, questões macroeconômicas, aspectos tributários, transição tecnológica e o futuro da indústria, entre diversas outras temáticas. A agenda completa e ficha de inscrição podem ser encontradas em: www.cartadosventos.com.br

Reuniões Planejamento Estratégico

Durante a semana, Alexandre Lopes e Frederico Rodrigues realizaram reunião com as associadas Compass, Diferencial, Omega, Gerda, Queiroz Galvão, True, Atmo e Enex para discutir o planejamento estratégico da Abraceel.



Curtas

Publicado edital do Gasbol

A ANP publicou (i) o edital da Chamada Pública do gasoduto Bolívia-Brasil, (ii) a nota técnica que aprova a receita máxima permitida e as tarifas de transporte e (iii) a planilha de cálculo tarifário aplicável ao processo. Os documentos estão disponíveis em uma nova área no site da ANP, denominada “Acesso a Gasodutos” e também na área restrita.

Abraceil palestra em Congresso ABAR

O Diretor Frederico Rodrigues será um dos palestrantes no XI Congresso Brasileiro de Regulação e 5ª EXPOABAR, em Maceió, que ocorre nos dias 15 e 16 de agosto. Trata-se de um importante evento da temática regulatória no País, que ganha mais uma edição, agora trazendo o tema ‘A Qualidade da Regulação e o Desenvolvimento de um País’. Inscrições podem ser feitas no site da ABAR (congressoabar.com.br)

>> PRÓXIMA SEMANA

05.08 - segunda-feira: Diretoria de Relações Institucionais se reúne com Frank Rogério da FranPress para discutir a comunicação corporativa da Abraceel, às 14h, na sede da Abraceel;

06.08 - terça-feira: Frederico Rodrigues se reúne com as empresas Brasil, Uhe São Simão, Bep e Bolt para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, em São Paulo;

Reginaldo Medeiros e Alexandre Lopes participam da 2ª Reunião Estratégica ONS Agentes, às 14h30, na sede do ONS, no Rio de Janeiro;

07.08 - quarta-feira: Frederico Rodrigues se reúne com a CTG para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, em São Paulo;

08.08 - quinta-feira: : Reunião presencial do Conselho, às 10h, na sede da Delta, em São Paulo;

Diretoria executiva se reúne com o Conselho da CCEE para discutir os principais temas afetos ao mercado livre de energia, às 12h, em São Paulo.